



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



REQUERIMENTO Nº 004/2026

Data: 03 de março de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
PROTOCOLO Nº 6893
EM 04/03/2026 às 10:14
Andrua
SERVIDOR

As vereadoras que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental,

REQUEREM, após ouvido o Plenário e aprovado, que seja encaminhado pedido de informações ao Poder Executivo Municipal, **com fundamento no artigo 29, § 1º da Lei Orgânica do Município**, para que encaminhe a esta Casa de Leis, no prazo de **15 (quinze) dias**, por meio do setor competente, informações detalhadas acerca da aplicação dos recursos autorizados pela Lei Municipal nº 2.212/2022, que autorizou o Poder Executivo a alterar a LOA 2022 e ajustar as programações do Plano Plurianual 2022–2025 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para criação de dotação destinada a despesas com ações de infraestrutura, urbanização e iluminação pública, no valor de até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), por meio de operação de crédito.

Considerando que a referida lei teve como finalidade viabilizar investimentos na iluminação pública do Município, especialmente por meio da substituição de luminárias convencionais por luminárias de LED, requer-se o encaminhamento das seguintes informações:

1. Valor total efetivamente contratado na operação de crédito;
2. Instituição financeira responsável pela operação;
3. Prazo, taxa de juros e demais condições pactuadas para pagamento;
4. Valor já executado até a presente data;
5. Relação das vias, bairros e localidades contempladas com a substituição das luminárias;
6. Percentual de execução física e financeira do projeto;
7. Relatório de prestação de contas atualizado, contendo o detalhamento da aplicação dos recursos.
8. Cópia do estudo técnico, projeto básico e/ou executivo que fundamentou a substituição das luminárias, incluindo memorial descritivo e planilhas orçamentárias detalhadas;
9. Estudo técnico-econômico demonstrando a estimativa de economia gerada com a substituição por tecnologia LED, incluindo projeção de redução do consumo de energia elétrica, diminuição de custos de manutenção, vida útil estimada dos equipamentos e eventual cálculo de retorno do investimento;
10. Estudo conclusivo que embasou o demonstrativo de impacto financeiro da operação de crédito nas contas públicas municipais, especialmente quanto à capacidade de pagamento do Município e ao impacto na dívida consolidada;
11. Demonstrativo do impacto da operação na Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP/CIP), contendo memória de cálculo da arrecadação atual, projeção futura, análise de equilíbrio entre receita vinculada e despesas do serviço e eventual destinação de recursos para amortização da operação de crédito.

O presente requerimento tem por finalidade assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, bem como permitir o adequado acompanhamento da execução da operação de crédito e dos investimentos realizados, garantindo à população o acesso às informações de interesse coletivo.

Diante do exposto, requer-se que as informações solicitadas sejam encaminhadas a esta Casa Legislativa **dentro do prazo legal**.

Karina Bach

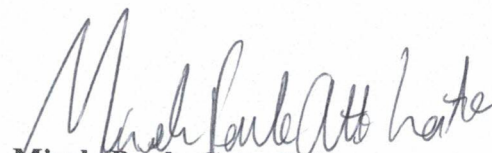
Karina Bach

Vereadora Autora



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ




Mirele Paula Cetto Leite
Vereadora Autora

Justificativa:

A presente proposição tem por objetivo o exercício do dever constitucional e regimental de **fiscalização do Poder Legislativo**, assegurando a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos provenientes de operação de crédito autorizada pela Lei Municipal nº 2.212/2022.

Considerando o montante expressivo dos recursos autorizados, bem como a relevância social dos investimentos em iluminação pública — que impactam diretamente a segurança, mobilidade urbana, economia de energia e qualidade de vida da população —, faz-se necessário o acesso a informações detalhadas sobre a execução física e financeira do referido projeto.

O encaminhamento das informações solicitadas permitirá a adequada análise, acompanhamento e prestação de contas à sociedade, fortalecendo os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e responsabilidade na gestão pública.

Diante disso, entende-se plenamente justificado o presente requerimento.

